

Setores vão ampliar pressão por mais exceções durante votação no Senado

— Bares, supermercados e comércio estão entre segmentos que reivindicam tratamento diferenciado na reforma, o que pode provocar aumento da alíquota geral de novo tributo

**BIANCA LIMA
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA**

Depois das concessões feitas na Câmara, os senadores vão enfrentar pressão redobrada para aumentar ainda mais a lista de exceções ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA), previsto no projeto de reforma tributária para substituir os atuais tributos sobre o consumo de bens e serviços. Bares, supermercados, comércio e setores ligados à cadeia de energia elétrica já sinalizaram que vão apresentar seus pleitos após o recesso parlamentar, que termina em agosto. A exemplo de outros setores, eles querem ter direito a alíquotas diferenciadas.

As demandas se multiplicam em meio às dúvidas sobre qual será, afinal, a alíquota-padrão a ser recolhida aos cofres públicos. Especialistas alertam que, quanto maior o número de exceções, maior deverá ser o percentual da alíquota — antes estimada em 25% pelo Ministério da Fazenda.

**Retomada
As discussões no
Senado terão início
em agosto, após o fim do
recesso parlamentar**

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) prepara uma nova rodada de pressão para tentar emplacar desta vez o que intitulou de “emenda-emprego” ainda durante a tramitação na Câmara. Incentivados pela entidade, deputados tentaram alterar o texto da reforma para prever alíquotas decrescentes do novo imposto para atividades que tenham mais gastos com mão de obra. “Houve discussões importantes na Câmara, como a da não cumulatividade plena (fim da tributação em cascata) e do Conselho Federativo, que tomaram a atenção na reta final. Agora, com mais tempo, teremos chance de trabalhar a ‘emenda-emprego’ no Senado”, diz Guilherme Mer-

cês, diretor de Economia e Inovação da CNC, acrescentando ver mais simpatia ao tema entre senadores. Já o segmento de bares se resente da falta de menção explícita no capítulo que garantiu a tributação em regime diferenciado a restaurantes. Segundo Fernando Blower, diretor da Associação Nacional de Restaurantes (ANR), os dois setores costumam ter tratamento tributário semelhante, até pela dificuldade em separar as duas atividades. Cafés e lanchonetes também têm códigos de identificação na Receita Federal diferenciados e vivem a mesma incerteza.

Em outra frente, os supermercados querem aproveitar o debate no Senado para ampliar as discussões sobre a composição da cesta básica nacional, que terá imposto zero. A Abras, associação que representa o setor, divulgou uma lista inicial com 37 itens, mas ainda vai dialogar com os Estados para avaliar a possibilidade de ampliação.

Essa cesta preliminar inclui, além de alimentos, seis produtos de higiene pessoal (os quais, pelo texto atual, contam apenas com alíquota reduzida, sem isenção total) e três itens de limpeza (que não tiveram benefícios previstos na proposta aprovada na Câmara). “Vamos levar esse debate aos senadores”, disse João Galassi, presidente da Abras.

TRAVA. O relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), disse em entrevista ao **Estado** que “não há dúvida” de que o texto terá de sofrer ajustes. Ele evitou antecipar os detalhes, mas sinalizou que poderia estabelecer uma trava para a alíquota-padrão do IVA no seu parecer, que deve ser entregue em outubro para análise dos senadores. Baseado no texto aprovado pela Câmara, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou uma alíquota de 28,04% para o IVA brasileiro, que seria a maior do mundo entre os países que adotam o modelo tributário. Hoje, esse posto é ocupado pela Hungria, que cobra 27%. Setores como hotelaria, clu-

bes de futebol, restaurantes e até igrejas foram atendidos com pedidos específicos na reta final da votação na Câmara. “Cada vez que se acrescenta uma exceção, isso aumenta a alíquota-padrão do IVA e reduz os efeitos econômicos da reforma”, explica o técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, João Maria de Oliveira, responsável pelo levantamento. Os números foram contestados pela equipe econômica. ●

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA NAS PÁGS. B2 e B5



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1